

Título: Mobilização Social nas Periferias do Recife: Ontem e Hoje, uma Análise Comparativa.

Autor: Wilson Nauricio Miranda de Albuquerque

Email: wilsonmalbuq@gmail.com

Instituição: Secretaria de Sustentabilidade e Meio Ambiente do Recife/PE – Brasil

RESUMO

O objetivo desse trabalho é apresentar a segunda etapa dessa pesquisa o qual o tema menciona, identificando as principais mudanças envolvendo: os âmbitos urbanos e sociais que ocorreram nas localidades da periferia do Recife: Três Carneiros, Dois Unidos e Morro da Conceição. A primeira etapa foi realizada com os representantes dessas comunidades, que direta ou indiretamente participaram da execução do projeto de urbanização os resultados foram apresentados no 17º Congresso Brasileiro de Sociologia - Porto Alegre (2015), já na segunda etapa os protagonistas pesquisados foram técnicos sociais e secretários municipais que estiveram à frente do referido projeto. Para isso, tornou se como referência inicial a dissertação de mestrado do próprio autor titulado: “Novas Práticas de Urbanização nas Periferias do Recife: As Comissões de Acompanhamento de Obra - 1995”, o que exigiu o retorno às áreas pesquisadas, possibilitando uma análise comparativa. Considerando o tempo transcorrido, o retorno há essas localidades foi realizado através da apresentação dos principais resultados da pesquisa realizada no passado, bem como, a exposição dos relatos na época concedidos. Para tal resultado, além de entrevistas e debates como metodologias, serão utilizados alguns autores para fundamentar e propiciar o embasamento teórico: Albuquerque, Bauman e Gatti. **Palavras chaves:** Mobilização Social, Periferia, Recife.

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta da reconstituição da memória a partir um estudo acadêmico do ano de 1995 realizado em três comunidades periféricas da cidade de Recife – Brasil, sendo eles os bairros de Três Carneiros, Dois Unidos e Morro da Conceição. A importância dessa pesquisa se evidencia ao constatar, o declínio da mobilização dos movimentos de bairros das periferias após três décadas.

Na primeira etapa foi feito um retorno, no ano de 2015, às três localidades para debater com os protagonistas dos movimentos sociais o estudo do passado (1995) e a partir dessa premissa, esboçar uma análise do presente. Já em uma segunda etapa, trabalhamos com os gestores e técnicos que estiveram à frente do planejamento e execução do PUCE (Projeto de Urbanização e Contenção de Encostas) e o PASO (Programa de Acompanhamento Social de Obras) na gestão municipal de 1986 a 1988, que contou com uma forte mobilização das comunidades periféricas.



Em 1995 concluímos uma pesquisa nas periferias do Recife procurando identificar os principais resultados da organização e mobilização das comunidades no acompanhamento de um projeto de urbanização. Tal pesquisa resultou em uma dissertação de mestrado que teve como título: “novas práticas de urbanização das periferias do Recife: as comissões de acompanhamento de obras”, defendida em 1995, pela UFPE (Universidade federal de Pernambuco – Brasil), com orientação do professor Breno Fontes.

O PUCE foi executado no período de 1986 a 1988, e atendeu 107 localidades, pavimentando 376 ruas, construindo 286 escadarias, impermeabilizou 17317m de canais, executou 75 km de microdrenagem, constituiu 1219 muros de arrimo e fez retaludamentos em 12 km com grama e 1814 com pedra de face. (Albuquerque, 1995).

Nessa mesma pesquisa, fizemos um levantamento de alguns dados quantitativos referentes à participação dessas comunidades através de suas organizações sociais em todo o período em que o PUCE foi executado, e chegamos aos seguintes resultados: “As 107 localidades contempladas pelo PUCE tiveram o acompanhamento de 128 grupos sociais organizados e 300 comissões de acompanhamento de obras. Foram realizados 821 fóruns e assembleias e 600 visitas aos canteiros de obras instalados nessas localidades”. (Albuquerque, 1995).

Dentre as 107 localidades selecionamos 03 delas (morro da conceição, dois unidos, três carneiros), para realizar a nossa pesquisa. A escolha obedeceu aos seguintes critérios: o morro da conceição, pela tradição histórica no movimento social de bairros. Dois unidos, por ter pouca tradição na história dos movimentos de bairros e por ter elegido um vereador que foi presidente da união dos moradores da localidade. E por último, três carneiros, por ter um movimento social de bairro emergente e pela força da sua mobilização ter conseguido expulsar uma grande empreiteira que realizava obras na comunidade.

No ano de 2013, no calor das manifestações populares que inundaram as ruas brasileiras com diversas reivindicações, reencontrei o Prof. Breno Fontes que fora o meu orientador na pesquisa de 1995, e na ocasião, me propôs um desafio: o meu retorno as três localidades pesquisadas no passado (1995), para apresentar a pesquisa realizada à época e levantar as questões atuais na tentativa de trabalhar os dados levantados no passado para uma possível atualização. Estava jogado o desafio para que eu desenvolvesse uma pesquisa de

memória. Estupefato, e ao mesmo tempo entusiasmado com aquela sugestão, pedi um tempo para pensar e refletir sobre os caminhos que teria de construir e/ou reconstruir para chegar a estas localidades após tantos anos.

E não demorou muito, já em 2013, me debrucei a folhear as 326 páginas da dissertação que estava “adormecida”, pelo menos para mim, nas prateleiras da biblioteca da UFPE, sendo um reencontro meu com o passado. A releitura da pesquisa pelo próprio autor após quase vinte anos, nos fizeram mergulhar ao túnel do tempo, e na medida em que fazíamos a leitura, focamos em questões que me chamaram a atenção, um a vez que o tempo se encarregou de “apagar” de minhas lembranças. O resultado é que me enchi de entusiasmo, estavam lá nos anexos da dissertação, os relatos das pessoas que havíamos entrevistado no passado. Os representantes dessas comunidades pesquisadas e os técnicos e gestores do poder público municipal que executou o PUCE nos morros.

Tive uma certeza: todos estavam vinte anos mais velhos, alguns já teriam falecido, mas uma boa parte seria encontrada. E por obra do destino, estando eu em minha casa, olhando uma fotografia dos representantes das comissões de ruas da comunidade de Três Carneiros, perguntei a faxineira que trabalha comigo há 16 anos e que reside nessa localidade, se ela conhecia aquelas pessoas da fotografia. Pronto, identificado a primeira personagem da pesquisa. Ela disse: “Oxente, essa sou eu, e a criança que está comigo é minha filha”. Pronto, estavam abertos os caminhos para que eu retornasse as localidades.

DESENVOLVIMENTO

O retorno as localidades...

Com a relação dos representantes dessas comunidades em mãos, iniciamos os primeiros contatos em 2013 e, no ano seguinte, 2014, tentamos novamente prosseguir na identificação dos mesmos. Não obtivemos muito sucesso por ser um ano eleitoral para a renovação da câmara municipal e o prefeito da capital. No período eleitoral, os ânimos pela disputa política ficam muito acirrados, e nas periferias em especial devido ao envolvimento dos grupos sociais locais e lideranças com as suas preferências políticas. Por consequência, o ambiente fica bastante comprometido para a realização de uma pesquisa.

Contudo, em 2015, logo após as eleições municipais de 2014, realizamos visitas pontuais e pequenas reuniões nestas comunidades para planejar a apresentação da pesquisa de 1995. Nesse sentido, as apresentações foram realizadas em maio de 2015, em dias e locais diferentes. O conteúdo de cada apresentação foi uma síntese da história de mais de duas décadas, quando destacamos os principais conflitos e mobilizações da época. Estas apresentações foram mexendo com o sentimento e a memória de cada participante, as lutas, as mobilizações, os conflitos, e as conquistas do passado, agora retornaram como memória para o presente. Concluídas as apresentações e sintonizados com o conteúdo do passado, iniciamos o debate reconstituindo a rede social que se estruturou a época para acompanhar o projeto de urbanização. Vejamos a sua estruturação por localidades:

Rede social do Morro da Conceição



Como podemos observar a participação dessa comunidade no acompanhamento do PUCE, tem como destaque a CB, que atuava diretamente com o conselho de ruas, numa sintonia sistematizada junto ao conselho de moradores e a igreja. Para reforçar essa afirmativa, vejamos o que diz um dirigente do conselho de moradores na entrevista que realizamos a época: “a participação do conselho de moradores no PUCE se deu através da CB, que tem autonomia, inclusive de determinar seu dia próprio de se encontrar. E na medida do possível, o conselho participa das questões mais importantes” (Albuquerque, 1995). Com história reconhecida no movimento de bairro do Recife, os dirigentes dessa localidade se utilizaram de táticas e estratégias durante a execução do PUCE na perspectiva de aumentar o volume de obras previstas para a área. Dentre as táticas e estratégias, destacamos esse depoimento de um dirigente da CB: “no morro, um dos critérios para definir a execução de uma barreira era a participação na luta, a participação na CB” (Albuquerque, 1995).

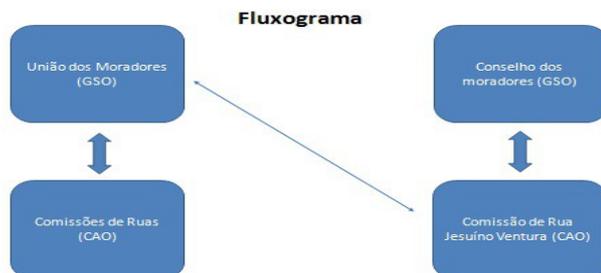
Esse foi um critério recorrente e teve duração no período em que o PUCE foi executado, se constituindo no principal conflito entre a comunidade versus o poder público municipal, ou seja, o critério da comunidade e o parecer técnico da engenharia. Os técnicos do município se posicionavam contrários ao critério da comunidade por não possuir fundamentação técnica, considerando ainda, que a função do poder público seria atender as áreas de riscos sem estabelecer pré-condições políticas para a sua concretização. Era nesse momento, em que os gestores mais graduados na hierarquia do poder municipal, se deslocavam à comunidade para debater sobre o conflito. O plano estratégico da rede social fica bem caracterizado na entrevista que nos deu um representante da CB: “o problema entorno dessa questão foi sendo superado na medida em que as explicações técnicas foram sendo refletidas e avaliadas. Principalmente quando se colocou a possibilidade da ampliação do número de barreiras a serem tratadas”. (Albuquerque, 1995), podemos deduzir dessa citação que o fato da comunidade ter conseguido a ampliação do volume de obras, é o ponto chave da superação do conflito.

E para concluir essa parte, trazemos pelas “mãos” de “Deus” a confissão de um cristão que caracteriza a forte participação da igreja do Morro da Conceição na construção das táticas e estratégias adotadas pela rede social da localidade: “(...) agora, isso se deve a todo um trabalho do conselho de moradores com a igreja, não enquanto instituição, mas como participação dos cristãos. Inclusive, muitas reuniões e assembleias eram realizadas na igreja, sendo que as coisas aconteciam de forma integrada. Muitas dessas pessoas que participavam dessas comissões eram lideranças da igreja. O padre Reginaldo acompanhava a assembleias das sextas-feiras, quando ele ia às reuniões e os informes eram dados” (Albuquerque, 1995),

foi por conta dessa citação que evidenciamos a importância do líder religioso na reconstituição da rede social.

Rede social de Dois Unidos

Rede Social de Dois Unidos - 1995



A pouca tradição nos movimentos de bairro do Recife, foi o que marcou a execução do PUCE na área. Ao observarmos a imagem acima, é notória a diferenciação de trabalhar entre os dois GSO no território. A união dos moradores trabalhou focando diretamente com as comissões, inclusive com a comissão da Jesuíno Ventura, que era o foco central do Conselho de moradores, ou seja, a União dos moradores atuava em todo o território, enquanto o conselho de moradores resumia a sua atuação com a comissão da Jesuíno Ventura, onde era a residência do presidente do GSO. O fisiologismo foi à marca do acompanhamento do PUCE nessa localidade. O conflito que existiu na Rua Jesuíno Ventura é a caracterização mais nítida da política fisiológica pelas lideranças do bairro. Nela foi previsto a pavimentação de um trecho com acesso para carros, e na outra extremidade, o tratamento do talude com acessos para pedestres, pois tinha um trecho bastante acidentado e os recursos financeiros, alocados previamente para executar a obra e não tinha condições de atender ao pleito do presidente do conselho de moradores. Em uma grande assembleia, os moradores do trecho acidentado tomaram a decisão de não acatar esse tipo de intervenção. Isso fica bem claro na entrevista que obtivemos à época com um dirigente da comissão: “(...) já que não é possível a conclusão total da pavimentação da nossa rua, não aceitamos qualquer outra espécie de serviços, a não ser calçamento. E que os recursos previstos para a parte mais acidentada fossem investidos na extensão da pavimentação até onde seja possível” (Albuquerque, 1995). E assim foi acatado. Esta obra foi concluída atendendo o pleito da comunidade em 1993, já em outra gestão.

O presidente da união dos moradores realizou um intenso acompanhamento do PUCE e com isso, agregou o seu nome às obras executadas no bairro. Vejamos um trecho na entrevista que obtivemos à época de um representante das comissões ao se referir à execução de uma obra de forma irregular:

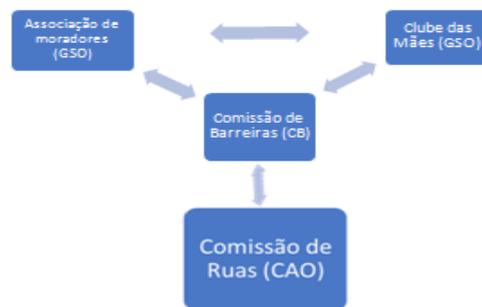
(...) vai ficar uma rua que nem uma cobra engolindo o sapo, no meio fino e nas cabeças grossa. Aí descemos até o canteiro de obras para falar com o engenheiro, aí ele perguntou: quem é presidente da comissão dois moradores? Eu disse, é Santana! Aí fomos a casa dele, ainda era muito cedo e ele acordou, trocou de roupas, nem café tomou e saiu com a gente até a

Rua 21 de junho, aí o engenheiro falou: o rapaz tá certo pode botar o pessoal para refazer o serviço. (Albuquerque, 1995).

Antônio Santana, presidente da União dos moradores, foi eleito vereador do Recife. Na entrevista que ele nos concedeu á época disse o seguinte: “nosso trabalho rendeu grandes frutos para a comunidade. E esta, em pagamento reconhecendo o nosso esforço, votou maciçamente em mim para vereador. Fui o único vereador do Brasil eleito por uma comunidade. Obtive 1603 votos na 9º zona, fui eleito pela comunidade de dois Unidos” (Albuquerque, 1995). Nas eleições de 1992, Antônio Santana não conseguiu a reeleição.

Três Carneiros

Rede Social de Três Carneiros - 1995



A estruturação da rede social de três carneiros realizou com intensidade o acompanhamento do PUCE na localidade. Olhando a figura acima é possível afirmar a sintonia de trabalho entre a base e a cúpula do movimento de bairro dessa localidade. O fluxo de informações passava preferencialmente pela CB que realizava vistorias “técnicas” a partir das questões apontadas pelas comissões. Em seguida, elaborava relatórios a serem debatidos nas reuniões semanais com a associação dos moradores e clube de mães. O trabalho de mobilização da rede social comunitária pode ser identificado nesse depoimento:

(...) aí me juntava com alguns moradores da construção civil e fazíamos uma vistoria aos domingos. Preparávamos o relatório e entregávamos as companheiras do clube de mães e da associação dos moradores. Com base nessas informações fazíamos uma discussão no meio da semana com os engenheiros. (Albuquerque, 1995).

O fato de incorporar nas vistorias os trabalhadores da construção civil tinha o objetivo de dar qualidade “técnica” aos argumentos a serem tratados e decididos junto ao poder municipal. A seguir um dirigente da associação relata o foco do acompanhamento do PUCE na área: “(...) nós fizemos reuniões por rua, mostrando e discutindo o projeto e a importância do morador nas fiscalizações das obras, pois éramos nós que íamos usar e pisar no dia-a-dia. Não eram nem os técnicos da prefeitura nem os funcionários da empreiteira” (Albuquerque, 1995). É bom frisar que o movimento de bairro de Três Carneiros estava à época em ascensão, uma vez que haviam recebido uma forte influência do movimento de bairros do Morro da Conceição. Existem semelhanças da estruturação entre as redes sociais das localidades, muito embora não possa deixar de enfatizar o peso da igreja na rede do Morro da Conceição.

O afastamento da empreiteira

A qualificação do movimento de bairro foi bem intenso e gerou conflitos entre as partes envolvidas. O estopim do conflito acarretou uma grave denúncia de irregularidade técnica na execução do PUCE, relatado a seguir: “nós verificamos que o cimento não estava com o traço correto, executado com segurança. Eles colocavam as pedras, mas não adicionavam cimento para fazer as amarrações das pedras; apenas aparentemente, por fora. Fizemos a reclamação e a empreiteira não aceitou os questionamentos” (Albuquerque, 1995). As acusações eram graves, uma vez que os muros de arrimo sem segurança colocavam em risco os moradores. E se acelerou a partir do depoimento do proprietário da empreiteira a uma revista nacional, ao afirmar de que a sua empresa tinha um nome a zelar e que por isso não iria se submeter aos caprichos da comunidade. Diante disso, a comunidade reagiu com mobilizações na localidade e em outros espaços público da cidade para denunciar o fato.

Diante disso, a comunidade reagiu com mobilizações. O depoimento que obtivemos de uma liderança é sintomático da natureza do conflito: “nós dissemos ao proprietário da empreiteira que ele fosse executar obras em outra comunidade. Aí ele zombou da gente, e disse que não sairia” (Albuquerque, 1995). É possível que o fato desse empresário ter participado no apoio a campanha que elegeu o prefeito da época, explique sua postura reativa frente a uma grave denúncia.

No entanto, a comunidade ampliou sua mobilização, vejamos no depoimento de uma dirigente da CB: “(...) fizemos uma grande articulação e denunciemos na plenária dos movimentos de bairros da cidade, na sequência, mobilizamos a comunidade para uma plenária geral. E com muita garra expulsamos a empreiteira” (Albuquerque, 1995), esse fato serviu de referência para o conjunto dos movimentos e deixou em alerta as demais empresas contratadas para executar o PUCE. Como no depoimento de um gestor do município: “se aquilo tivesse acontecido numa área em que as comissões de ruas tivessem pouco nível de organização isso teria passado despercebido, no entanto, o que aconteceu foi muito simbólico porque serviu de exemplo para todas as empreiteiras. E com a repercussão que teve na imprensa isso deu respeitabilidade ao trabalho das comissões” (Albuquerque, 1995), na época da pesquisa, um gestor municipal afirmou de que a decisão em cancelar o contrato da empreiteira foi do município. E se não fosse à pressão da comunidade, seriam tentadas outras formas e até adiada a decisão.

O retorno as localidades em 2015...

O objetivo foi identificar as principais mudanças nos âmbitos da infraestrutura urbana e da organização e mobilização dos movimentos de bairros. Após apresentarmos a memória da dissertação de 1995, iniciamos o debate sobre a conjuntura atual. Questões como a manutenção das obras construídas no passado e as novas obras, o retraimento da mobilização social e outros problemas que afligem essas localidades, como as drogas, insegurança e meio ambiente. Constituíram-se no centro do nosso debate. A seguir, apresentamos a síntese por comunidade:

Morro da Conceição: O movimento de bairro está retraído e com tímida articulação; há tempo que estão passando por uma crise de identidade; a Federação das Associações de Casa Amarela deixou de existir. Quando lá estivemos em 2015, fomos informados de que o

histórico movimento popular do passado havia perdido a eleição para o conselho de moradores e agora continuam suas atividades a frente de um grupo jovem ligado a uma instituição católica. As drogas, e a violência foram consideradas os principais problemas.

Dois Unidos: os dois GSO fecharam as portas e em consequência, há uma desmobilização local. Os problemas que preocupam são as drogas, insegurança e a retirada do terminal de ônibus.

Três Carneiros: tem uma forte hegemonia da participação das mulheres. Apesar de certo esvaziamento do movimento os dois GSO ainda existem, mantendo-se ativa a única Federação de Bairros do Recife. Os problemas que mais afligem são a falta de segurança, as drogas e o transporte coletivo. O meio ambiente tem capilaridade no trabalho comunitário atualmente.

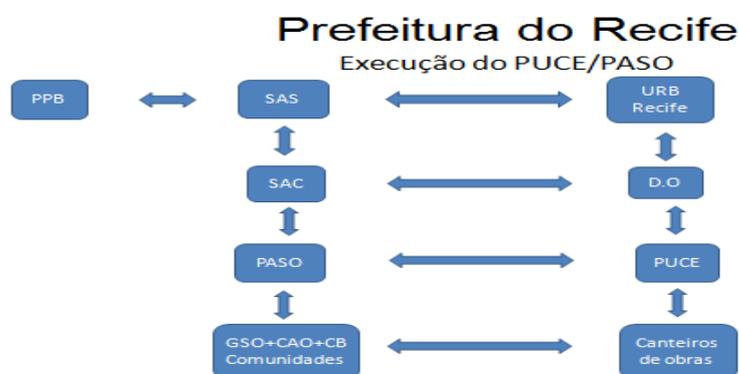
Chegou à hora de ouvir os gestores municipais

Para cumprir a segunda etapa dessa pesquisa em andamento, utilizamos a metodologia de grupo focal (a mesma usada nas 03 comunidades em 2015), buscando uma sintonia na obtenção dos dados e questões a serem trabalhadas. Planejamos nosso trabalho em duas (02) etapas: a primeira foi apresentação de uma síntese da dissertação, a segunda, os resultados da primeira etapa dessa pesquisa nas localidades em 2015, destacando, os principais aspectos.

O país reconquistava a democracia e no Recife não era diferente. Os gestores (gestão 86-88) estavam envolvidos nesse ambiente de participação que pulsava nos movimentos de bairros. A frente de esquerda que ganhou as eleições municipais 1985, contou fortemente com o apoio desses movimentos e diversos compromissos foram assumidos pela gestão durante a campanha.

Nesse sentido, foram definidas três orientações básicas: assegurar a transparência de decisões e ações; implementar a descentralização e a aproximação da população e, estimular a participação popular direta e indiretamente no cotidiano da administração. E foi com esse alinhamento que se estruturou a execução do PUCE nas comunidades através do PASO, este, constituído por técnicos sociais que estabeleciam as articulações com os movimentos de bairros nas localidades.

Estruturação do PUCE-PASO:



Na figura acima: PPB (Programa Prefeitura nos Bairros) era o setor que fazia a macro articulação com a sociedade civil organizada. A SAS (Secretaria de Ação Social) instituiu o PASO, que era coordenado pelo SAC (Sistema de ação Comunitária), responsável por estabelecer relações junto às comunidades. A Urb-Recife (Empresa de urbanização) era responsável na administração do PUCE, que tinha a coordenação executiva da DO (Diretoria de Obras), com função da execução do programa de obras comunitárias. Observe que as setas verticais apontam as relações de hierarquias e as setas horizontais expressam o fluxo de informações e relações com as organizações sociais e com os canteiros de obras instalados.

Concluímos a apresentação levantando as questões: passadas três décadas da democracia, como encontrar explicações para o retraimento desses movimentos, considerando as questões sociais que ainda hoje afligem as comunidades pesquisadas? O foco foi direcionado as questões a seguir:

Clientelismo/corporativismo/autonomia/igreja/ONGs /cooptação/memória



Sobre o clientelismo e o corporativismo, considerou-se ter sido esta, a marca da trajetória desses movimentos sociais por influência do Estado, e os parlamentares do município. Sobre isso, assim se expressou um técnico: “(...) havia líderes que olhavam apenas para o seu bairro, mediando a sua reivindicação para a sua clientela na comunidade. E outros que se aliavam a política de vereadores porque teriam mais preferência, o que era um arranjo político normal”. O fato é que, embora esteja dentro da normalidade, este modelo formal da liderança de bairro com o vereador foi a tempo alimentado por um campo político eleitoral entre o executivo e o legislativo, coexistindo por conta da sintonia na comunicação entre eles.

No entanto, esse tipo de prática vai remeter para outra questão bastante questionada e que permanentemente ocupa este debate. A complexidade em participar e garantir a autonomia. Sobre isso, vejamos a análise de um protagonista: “(...) essa forma de atuar das lideranças populares deixava um dilema na sua autonomia, ou seja, entre ser situação e ser oposição”. Quanto a isso, foi relatado de que um levantamento de 10 anos (década de 1980) nas atas da câmara dos vereadores do Recife (projetos de leis, requerimentos e menções), 90% das atividades parlamentares eram territorializada. E ao cruzar esses dados com os mapas eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral cruzava perfeitamente. Isso é interessante porque é

um forte indicativo da prática clientelista e territorializada da relação da liderança popular com o vereador.

O papel da igreja junto ao movimento popular foi direcionado para que este seguimento social pudesse atuar e caminhar garantindo a sua autonomia frente ao legislativo, executivo e aos partidos políticos. Sendo este, um trabalho bem anterior a gestão (86-88) com origem ainda no período dos governos autoritários. A afirmativa a seguir ilustra muito bem o papel da igreja: “os movimentos eclesiais de base (padres operários e comunitários, freiras), foram responsáveis na disseminação da luta pela autonomia no movimento popular”. E no prosseguimento, afirmaram de que ao participarem da gestão (86-88) procuraram respeitar essa autonomia disseminada pela igreja, até para se contrapor as gestões do governo do período autoritário, no entanto, a igreja foi se afastando dessa tarefa e no processo esse espaço foi sendo ocupado pelas organizações não governamentais, que focava o seu trabalho para fortalecer a paridade, ou seja, um equilíbrio no debate entre este movimento social e o poder executivo, em especial. Uma vez que desde a criação desses movimentos de bairros, a qualidade da participação sempre ficou a desejar.

Um aspecto que ocupou boa parte dos debates foi o resgate da memória. Foi dito que existe atualmente uma quase invisibilidade dos movimentos de bairros. E uma referência que constata essa afirmativa é o noticiário da imprensa que praticamente não se veicula matérias sobre movimentos sociais de bairros. A citação a seguir foi de um participante dessa pesquisa: “a memória é importante para o movimento social, pois refletindo sobre o passado, remete um debate para o presente”. Nesse sentido, o resgate da participação através da memória vai, por exemplo, remeter a um debate de que o movimento popular no seu indicativo mais concreto, é a sua autonomia face ao Estado e aos partidos políticos. Na sequência, veio essa afirmativa: “para ser mais radical, eu diria que os movimentos populares têm autonomia como referência para terem a legitimidade para representar aquilo que diz representar”.

A cooptação desses movimentos sociais foi considerado uma prática “maldosa” exercido pelos poderes executivo, legislativo e os partidos políticos. É uma cultura quase generalizada que se encontram arraigada e que precisa mudar. Sobre esse assunto havia abordagens diversas a época. Por conta da condição social, mudanças no mercado de trabalho e a luta pela vida. A conquista da democracia veio alterar o comportamento das pessoas. Sobre essa questão, o movimento popular levantava o seguinte debate: porque somente os “doutores” podem ser secretários? E porque nós do movimento popular não podemos? Isso era uma contradição, mas havia esses questionamentos. A citação a seguir é um depoimento dado por uma liderança a um dos participantes nessa pesquisa: “(...) Eu percebi que não podia ficar mais nesse vai-e-vem, eu tinha que fazer a minha vida pela idade, aí saí desse movimento para montar a minha vida civil”. Durante esse tempo, muitas lideranças misturaram a liderança política com a sua vida civil, e passaram a serem cooptados e terem remuneração. Ao fazermos uma trajetória, vamos constatar que muitos deles entraram para o crime, outros são microempresários, e tem deles que possuem uma frota de táxi por exemplo. E claro, uma boa parte continuou antenados com os acontecimentos. Esse processo pode ser exemplificado no debate levantado pelo autor: “Quando a identidade perde as ancoras sociais que faziam parecer “natural”, predeterminada e negociável, a identificação” (Bauman, 2005). Um fato que chamou a atenção da reunião foi de que a pauta de hoje das reivindicações das

comunidades é agora dada pelo programa globo comunidade, vejamos: “eles vão as comunidades, identificam o problema e põem na agenda o compromisso assumido pelo governo. Depois retornam ao local naquela data. O governo com medo da denúncia, faz o serviço.

Ao final, fomos incentivados a retornar novamente as localidades com o seguinte roteiro: o que pensam hoje as lideranças sobre os movimentos sociais de bairro? qual a relação que é estabelecida com o poder público? Como é organizado o movimento de organização? como a periferia se articula hoje com as igrejas, o movimento dos evangélicos que elegem parlamentares com grande votação? Foi sugerido que montássemos uma exposição da memória dos movimentos sociais com fotografias e documentação. E finalizou-se reforçando a importância desse trabalho de memória, uma vez que a recuperação do passado é importante para um posicionamento no presente, e ver como se deve atuar para evitar a permanente influência das cúpulas governistas na condução e cooptação desses movimentos sociais. Segundo o autor:

(...) no processo de interação com os órgãos públicos, as suas demandas configuram a emergência de uma identidade social, específica e localizada no bairro, que faz deles sujeitos que reivindicam direitos numa perspectiva de apropriação igualitária de bens de consumo coletivo e de cidadania ou de melhores condições de vida. (JACOBI, 1989).

Foi muito gratificante trabalhar com os gestores e técnicos que atuaram na gestão da época, e percebi que o mesmo sentimento fez parte da satisfação de cada um deles. Novos desafios nos foram propostos para a terceira etapa dessa pesquisa em andamento. O que está sendo pensado para a próxima etapa é um encontro de todos os protagonistas, ou seja, os representantes dos movimentos sociais das três localidades pesquisadas, com os gestores e técnicos que estiveram no planejamento e execução do PUCE e PASO a época. Portanto, são estes os próximos desafios.

CONCLUSÃO

As dúvidas e inseguranças que ocuparam boa parte das nossas reflexões em retornar as comunidades após tantos anos com o estudo acadêmico foram se dissipando e nos fortalecendo para seguir a diante, a partir do debate que realizamos em 2015, com os movimentos sociais dessas localidades. Os olhos que acenderam na face de cada um deles, também brilharam os nossos. Havia um vazio na participação e mobilização que voltaram à cena pela memorização. Os conjuntos de questões ali levantadas nos deram a certeza de que o estudo do passado iria remeter o debate sobre as questões estruturais que continuam no presente das periferias. Ali estava concluído a primeira etapa dessa pesquisa.

Ao reunirmos, tempos depois, os protagonistas, gestores e técnicos para debater o trabalho que realizaram nas comunidades da periferia, memorizando os fatos da época e as questões levantadas pelos movimentos sócias em 2015. Ficou constatado de que as marcas da dominação e exclusão, cooptação e clientelismo, embora mais reduzidos, continuam a ser a prática com maior e/ou menor intensidade, a prática das tradicionais elites e novas elites que ocupam o poder público e a utilização dos recursos como se fosse a sua empresa privada.

Os depoimentos que nos deram os gestores e técnicos nessa pesquisa de 2017 e as questões levantadas nas comunidades na pesquisa de 2015, nos fortaleceu de que é de fundamental importância a memorização desses fatos, para que pelo menos possa servir ao movimento sócio s de bairros, na sua caminhada de que a redenção ao direito a qualidade de vida, das periferias, passa fundamentalmente por uma organização que se contraponha à cooptação, ao clientelismo e ao fortalecimento da participação seja marcado por sua autonomia frente as instituições.

São estes os desafios que iremos trabalhar na próxima etapa dessa pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Wilson Nauricio Miranda. “Novas Práticas de Urbanização nas Periferias do Recife: As Comissões de Acompanhamento de Obra”. Recife: UFPE, 1995.

BAUMAN, Zygmunt, 1925. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi; tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GATTI, Bernardete Angelina. Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Brasília: Liber Livro Editora, 2012. JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1989